



CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/PORTUGUÊS

UTOPIA E COLONIZAÇÃO EM: O FEITIÇO DA ILHA DO PAVÃO, JOÃO UBALDO RIBEIRO

THIAGO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Mat.: 05/93893

Artigo Final entregue para a Universidade de Brasília –
UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de
Graduado em Letras/Português.

Orientador: Dr.º Edvaldo Bergamo

Brasília / DF
2011

INTRODUÇÃO

O escritor João Ubaldo Ribeiro traz em *O feitiço da ilha do Pavão* uma discussão sobre a identidade nacional e a formação do povo brasileiro, a miscigenação das raças e das culturas. A adaptação do índio e negro aos costumes dos colonizadores brancos detentor do conhecimento e do poder nas relações sociais, que dentro do romance, troca de lado para que os outros grupos possam mostrar suas versões dos fatos.

A crítica ganha força quando o autor dá a vez para os que foram esquecidos de ser mencionados na história, a sabedoria dos índios com os elementos da natureza, a força física e a alegria de viver do negro, as experiências e as visões de mundo de ambos contribuíram bastante para a formação do povo brasileiro. Apesar dessas culturas serem desvalorizadas pelo pressuposto da superioridade da cultura européia ser considerada dentre as demais, a elite do centro do mundo, sendo este o seu discurso colonizador, os costumes do índio e do negro devem ser analisados do ponto de vista de suas organizações sociais que eram diversos do sistema social europeu. Colonizador e colonizados fazem parte do contexto do romance numa disputa por espaço dentro da sociedade e afirmação identitária nacional.

Trata-se de um debate sobre as nossas raízes culturais, num movimento de reconhecimento do que era considerado marginalizado e contribuiu na formação da identidade do povo brasileiro. É uma mistura de literatura e história que desempenha o papel de recontar o passado ou refazer esse caminho por outras passagens que dão no mesmo destino.

1 NAÇÃO

O conceito de Nação, na forma que entendemos hoje, é recente, uma definição moderna. No período absolutista, por exemplo, a figura do monarca era quem representava todos os rumos e destinos do povo, sua forma de organização econômica, política, cultural,

religiosa; De certa forma dele dependiam a sobrevivência das pessoas, o governo, a independência nacional e a própria razão de ser o Estado. Essa relação era maior e mais relevante do que os outros fatores que uniam o povo como o território e a língua usada por eles, de tão forte que era a figura do rei dentro desse sistema de governo que só foi substituído depois das revoluções populares iniciadas na Europa no século XVIII.

Os fatores pontuais para a idéia de Nação variam de acordo com os períodos, segundo Hobsbawn, eles estão sempre agregando novas idéias à medida que os estudos sociais avançam nas investigações das relações entre as comunidades com o território em que vivem, a política e outros elementos como cultura e língua.

Há estágios diversos, porém complementares para o termo Nação, que vai da mais simples, origem e descendência de um corpo de homens em um determinado território, de língua e hábitos comuns a todos para a mais complexa, formação de Estado independente e soberano. Fazendo parte desse conjunto o termo Pátria, primeiramente, com referência a tão somente, o local de nascimento, sendo ele sem qualquer vinculação ao Estado, apenas “a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presente e futuras, que gozam da amável lealdade dos patriotas” (HOBSBAWN, 2002, p.28).

Sobre essas condições, não fazia diferença a extensão territorial, os Estados não eram homogêneos nos fatores étnicos, linguísticos e outros, e, portanto não poderiam ser simplesmente equalizados com as Nações. Mas o sentido moderno de seu significado é basicamente político e social, numa soma de povo e Estado à maneira das revoluções francesa e americana: “Nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a Nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais” (HOBSBAWN, 2002, p. 27).

Para o autor etnia, língua e outros fatores não faziam parte da visão revolucionária de Nação, mesmo que estes pudessem ser indicados como vínculos coletivos. Ele faz referência a

outros estudiosos mostrando que o que caracterizava fortemente Nação era o fato de o interesse comum ser contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio individual.

Porém, esses elos coletivos, etnia, língua religião, territórios e outros eram muito fortes, por isso o motivo de ser critério para a determinação de Nação , em épocas passadas, onde os estudos político-sociais não tinham avançado suas pesquisas explicam a insistência francesa na uniformidade linguística, desde a Revolução, a perseguição étnica nazista, e religiosa em outras partes do mundo ao longo da história.

Esta questão também foi levantada entre os economistas do século XIX que observaram o continente Europeu com uma população numerosa dividida em territórios, ora muito pequeno, ora em larga extensão territorial. E passaram a estudar critérios que pudessem classificar os diversos grupos em nações potenciais ou reais. Pelos analistas da economia mundial não foi estabelecido o conceito de Nação, pois era uma característica do discurso liberal deste período uma certa vaguidade nas soluções para suas questões que se achavam óbvias e não havia sérias necessidades de ser explicadas.

Já a formação da Nação brasileira foi precedida por vários acontecimentos históricos, como foi o caso da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, fugindo do confronto com as tropas de Napoleão que invadiram Portugal por não ter aderido ao bloqueio continental contra a Inglaterra, antiga aliada portuguesa, que de certo modo forçou D. João VI a tomar esta decisão de transferir a Corte para a América, manter as relações comerciais entre os dois países e garantir a integridade dos membros Família Real e boa parte da nobreza.

Um grande passo foi dado com a chegada da Corte ao Brasil, D. João trouxe consigo toda estrutura governamental de Portugal tesouro real, arquivos, biblioteca, funcionários públicos, padres, freiras, juízes, conselheiros, todos aqueles que lhe eram mais próximos que lhe ajudavam nas questões políticas e econômicas. Tudo isso proporcionou à colônia uma

grande transformação econômica, política e cultural, com a abertura dos portos as Nações amigas, o fim do monopólio ultramarinho comercial exercido pela Metrópole, e a presença do rei no território americano favoreceu unificação do país, evitando a fragmentação como ocorreu na América espanhola em várias regiões autônomas devido ao distanciamento em que se achavam em relação ao rei da Espanha D. Fernando VII, não só sua presença foi fundamental para evitar a divisão do país como também foi crucial o apoio dos traficantes de escravos e dos ricos fazendeiros que formavam a elite econômica brasileira que mais tarde influenciaria D. Pedro I a proclamar a Independência e romper os laços de submissão com Portugal.

Porque aqui já havia uma poderosa classe de ricos fazendeiros e traficantes de escravos formadores da elite econômica brasileira que mais tarde, influenciaram D. Pedro I a proclamar a Independência, pois o Brasil já conseguia caminhar com suas próprias pernas e não devia mais ser subordinado a antiga Metrópole, não aceitava mais ser novamente colônia depois de ter sido sede do Reino Unido de Portugal e ter conquistado autonomia política, econômica e avanços culturais na ciência e nas artes, representado principalmente pelos autores românticos do século XIX, empenhados em construir uma unidade nacional, na valorização dos brasileiros e a sua sociedade organizada, sua língua, suas tradições e símbolos, exaltando o sentimento pela pátria rica pelo seu vasto território inexplorado, de natureza exuberante, o povo mestiço, e o índio bravo, guerreiro e fiel, foram os temas dos poetas formadores da literatura nacional, com a necessidade de firmar uma literatura que fosse própria não só no sentido de mostrar a Portugal, o bom uso da língua portuguesa que era feito em terras brasileiras, mas também uma literatura que tivesse o Brasil e sua grandeza como tema .

Os Românticos ousaram na criação de um novo herói para simbolizar o passado glorioso e legitimar o poder da elite no futuro, ao modo dos cavaleiros medievais, que eram

para os europeus seus ancestrais, o índio natural da América, homem puro, generoso e valente foi usado com alegoria na representação dos brasileiros. Os autores nacionalistas tiveram a seu favor, na suas composições, a paisagem da terra nova que lhes servia de inspiração e fomentavam idéias tal com mistério de eldorado, de locais inexplorados e tesouros, a imponência da natureza ornava com a imensidão do país diverso das paisagens européias, que já não servia de estímulo para seus poetas.

Para os fundadores do Indianismo Gonçalves Dias e José de Alencar era necessário ter bem mais do que Estado organizado, hino, bandeiras e brasões, era importante mostrar para os brasileiros que se escondiam por trás de sobrenomes portugueses para afirmar sua identidade, que no Brasil havia pensadores e uma literatura local extraída do seu meio, para contar a origem histórica do país e encher de orgulho o seu povo, como fez Camões para os portugueses. Surgem então as obras brasileiras criando seu passado com o índio, as praias e as florestas tropicais, com o intuito de afirmar independência cultural.

Ainda com o mesmo sentimento nacional, de exaltar nossa terra os Modernistas se lançaram na semana de Arte Moderna de 1922, com inovações nas artes visuais, na arquitetura, na música e tendo com destaque na literatura os escritores Oswald de e Mário de Andrade inauguram um novo modelo, com estrutura própria, original, na busca do moderno, volta às origens e valorização do índio verdadeiramente brasileiro, linguagem coloquial, “língua brasileira” e nacionalismo mais forte, valorizando a diferenças da nossa formação étnica, mestiça do índio com o branco e o negro, da cultura, antes vista como primitiva tornam-se, neste período motivo de orgulho, como em *Macunaíma*.

Mário de Andrade, em *Macunaíma* (a obra central e mais característica do movimento), compendiou alegremente lendas de índios, ditados populares, obscenidades, estereótipos desenvolvidos na sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como a

cada valor aceito na tradição acadêmica e oficial correspondia, na tradição popular, um valor recalcado que precisava adquirir estado de literatura (CANDIDO, 2000, p. 120).

Para Antonio Candido, havia a necessidade dos autores ressaltarem a formação mestiça, étnica e cultural para que as relações de superioridade entre raça fossem tratados num mesmo patamar e que o debate se estabelecesse no campo da cultura. Daí o motivo da valorização das culturas populares e as verdadeiras raízes nacionais, das quais a elite econômica não se reconhecia, para o movimento de libertação do pensamento atrasado dos poderosos que não viam a importância dos investimentos na civilização dessa parcela da população discriminada por seu passado de lamentações de todo tipo.

O movimento modernista serviu não apenas para o que tange a valorização do país e suas diversas formas, a elaboração mais autêntica do folclore e dos dados etnográficos, uma crítica mais produtiva, como também para termos estéticos e críticos que deram continuidade a formação do sistema literário brasileiro.

2 O ROMANCE HISTÓRICO BRASILEIRO

Contagiado pelas transformações ocorridas na Europa no século XIX, os acontecimentos históricos influenciam os homens da época passando a ser melhor interpretados. Em meio às invasões de países, troca de sistema econômico e poder, aflora, tanto nas elites burguesas quanto no homem comum, o sentimento nacionalista e a importância de representar os fatos históricos, como fez o escocês Walter Scott (1771-1832) ao usar a arte como “expressão de uma geração que não acreditava mais em valores absolutos, que se propunha a construir a sua visão de mundo levando em conta a transitoriedade e as limitações históricas” (MENDES, 2008, p. 01).

Para Anderson (2007, p.205) “o romance histórico é uma épica que descreve a transformação da vida popular através de um conjunto de tipos humanos característicos, cujas vidas são remodeladas pelo vagalhão das forças sociais”. A influência histórica na literatura desse período foi tão forte que alguns críticos chegavam a afirmar que se podia aprender história ao ler os romances de escritores nacionalistas.

O contexto do início do século XIX foi marcado pela intensa credibilidade no pensamento histórico e a visão realista do mundo. O novo gênero com sua visão narra os grandes acontecimentos, os feitos e as conquistas tendo como consequência o enaltecimento das nações, gerando um grande sentimento nacional ao ver contada suas origens nas recriações ou criações do passado e das tradições da Europa na tentativa de dar legitimidade a burguesia ascendente das revoluções:

O século XIX foi o momento de construção da tradição européia, ou seja, de construção de imagens de um passado privilegiado que fundamentasse as atitudes culturais do presente e lançasse as bases de uma autoridade das nações do continente europeu (FIGUEIREDO, 2002, p. 10).

O auge do romance histórico aconteceu na pós-revolução francesa, em que se iniciou a sistematização do ensino, tornando-o obrigatório, e houve um considerável aumento no número de leitores, sem a formação literária refinada, interessados em uma literatura como forma de lazer, então os temas mais intelectualizados, como as poéticas e as questões sobre universalizações, são substituídos pelos temas que havia a história como plano de fundo para aventuras amorosas de personagens de costumes e personalidade diversa da época do autor que narra os fatos como acontecimentos distantes para um maior caráter histórico.

Porém quase na metade do século XIX Anderson afirma que:

... o desenvolvimento do capitalismo nessa época lançara a classe trabalhadora revolucionária contra uma burguesia que não mais acreditava que não mais acreditava trazer o futuro consigo e que estava decidida a esmagar qualquer sinal de alternativa a seu domínio. Nessa situação muito diversa – mas após 1848 muito mais típica –, as conexões do passado com o presente foram cortadas na ficção européia e o romance histórico foi gradualmente se tornando um gênero morto, de antiquário, especializando-se

em representações mais ou menos decadentes de um passado remoto, sem conexão viva com a existência contemporânea, ou funcionando como rejeição dela e evasão (ANDERSON, 2007, p.206).

Na metade do século, o romance histórico e sua forma clássica perde força, mas garante a forma que idealizou da Europa como berço da civilização ocidental, e ratificou a legitimação para conquistar novas terras. A forma clássica dá espaço para as narrativas, das terras colonizadas, que visavam uma nova tradição trabalhando o esquecimento dos traumas da colonização e fundando uma sociedade organizada, mestiça e multicultural espelhada na evolução do homem, representado por traços históricos que lhe convém.

Após esse período, o gênero reaparece trazendo inovações adaptadas, de acordo com os autores modificando por vezes a estrutura, o ponto de vista ideológico, presença de elementos do modernismo e a forma do romance em geral.

O romancista adquire, agora, uma independência cada vez maior em face dos fatos históricos, no entanto, como pode parecer, não ocorre um descuido pela documentação historiográfica. Pelo contrário, os escritores mergulham numa investigação profunda, rigorosa e detalhada, tanto de caráter arqueológico como histórico, referente ao período histórico dos fatos que narram (GATO, 2006, p.45).

Principalmente na América Latina que foi o foco das colonizações durante a expansão marítima no século XV, e teve sua história contada pelos europeus colonizadores. Havia a necessidade de reapresentar a história, criando imagem num movimento de descolonização atrelada à identidade nacional e afastando-se do pensamento eurocêntrico estabelecido no século XIX.

A poderosa ferramenta utilizada para afirmar o que foi negado, numa releitura da história foi a literatura, pelo novo romance histórico. Há vários romances de diferentes épocas de publicação que narram “os bastidores” da formação das elites brasileiras. O que muda é o modo como cada escritor pesa esse processo e o apresenta de acordo com as características de seu tempo, ora visando mais o estilo, ora sendo mais engajado nas questões políticas, mas a

todo momento estabelecem “um instigante diálogo com a história brasileira” (DALCASTAGNE, 2001, p.483)

Os romances, embora separados por épocas diferentes, retratam e denunciam, de modo geral, as farsas, as trapagens, o falso moralismo, a ambição e a ganância na formação da elite que queria o poder ou o status a qualquer custo, mesmo que isso fosse conquistado por meio de assassinatos, roubos, fraudes, traições, desde que eles alcançassem o prestígio que buscavam.

Vários autores, em obras com esta perspectiva, fazem um retrospecto do passado para mostrar quem é a elite e sua origem artificial, constituída no esquecimento e formada pelos elementos mais nobres, como pele branca, não mestiça, honestidade, religiosidade e bons costumes. Só vale a pena ser lembrado os fatos convenientes. O intuito é o questionamento, a reflexão do leitor pela verdade.

Sobre tudo no representante do novo romance histórico brasileiro, o baiano João Ubaldo Ribeiro, apresenta o tom paródico, a caricatura e o exagero dos elementos em suas construções como maneira de expressar a história que não foi contada e questionar todo o processo de formação da elite.

Nem é preciso dizer que João Ubaldo Ribeiro incorpora ao seu texto uma série de processos técnicos alcançados ou consolidados pelos escritores neste último século. Muito especialmente no que se refere ao narrador [...] Ubaldo cria um narrador implicado e em constante transformação. Seu espaço dentro da narrativa cresce ou diminui, de acordo com quem está presente na cena. Algumas vezes ele chega quase a desaparecer, dando lugar à voz do outro [...] (DALCASTAGNE, 2001, p. 491).

Segundo Regina Dalcastagnè esse movimento serve para mostrar a opinião do escritor com relação às situações que os personagens se envolvem, dependendo do fato e de quem a conta, o narrador trata com seriedade ou ironia para dar mais credibilidade a quem merece e desdenhar o outro como modo de discordar, para que o trabalho de investigação fique para o leitor na interpretação da história oficial e os seus conhecimentos. Por meio

dessas e outras estratégias o autor inverte os valores, na formação psicologia dos personagens, dos meios, no modo de narrar, para provocar quem ler.

3 O FEITIÇO DA ILHA DO PAVÃO: UTOPIA E COLONIZAÇÃO

Na obra a ilha é uma representação alegórica do Brasil colonial, cenário para apresentação de dois pólos, um que disputa a retirada dos índios nativos do convívio entre os moradores civilizados da ilha, a manutenção da escravidão, dos bons modos e costumes, do poder da Coroa portuguesa e da Igreja Católica; e o outro lado que procura manter a convivência harmônica entre negros (escravos), branco (portugueses colonizadores) e índios, num território repleto de elementos místicos, em que acredita-se habitar feiticeiras, demônios de todas as espécies, a concretização de todos os pesadelos, sonhos ou desejos mais ocultos dos que nela vivem .

Ao fazer a releitura do Brasil colonial e a formação da sociedade João Ubaldo dá voz aos excluídos que não tiveram seus nomes gravados na história, como alternativa para criar outra imagem do passado cristalizado escrito por quem explorou o trabalho escravo, matou sem pudor, roubou, trapaceou e fizeram inúmeras outras atrocidades para conquistar e manter o poder. A exposição desses fatos não narrados produz uma nova perspectiva dos eventos passados, agora recontados pela crítica, inseridos no humor e na ironia para a realocação dos conceitos.

Na Ilha do Pavão o autor apresenta as três raças que formaram a população brasileira: o branco, o negro e o índio. O Branco é o português, europeu que teve sua imagem criada pela literatura e pela história; ele é civilizado, fiel, temente a deus, honesto, de raça superior capaz e legítima para se sobrepor perante as outras, porque a história lhe garantia esse domínio de ser sua cultura, ciência e arte mais evoluída que as demais. Porém, na vila de São João aparecem algumas variações de caráter, salvo as exceções, temos no geral uma

sociedade branca dada as relações extraconjugais, exploradora do trabalho escravo – tanto dos negros quanto dos índios –, corrupta, mentirosa, apresenta-se fingida quanto ao respeito das instituições sociais, principalmente com a religião, aqui representada pela Igreja Católica.

Em uma breve exortação de ira, o índio Balduino Galo Mau descreve os costumes dos cidadãos da ilha:

...Quando índio tá na casa de mulher que eles vai, ajudando no serviço e fazendo covitagem, eles não recrama nem manda índio simhora! Quando índio vê o que eles faz, fica tudo amigo de índio, pra índio espiar mas não contar! Eles quer índio tarabaiando de graça, consertando rede, carregando fruta, capinando mato, levando barrica de bosta, pra depois nem comida querê dá índio, nem misgaia! (RIBEIRO, 1997, p. 41).

As exceções no romance são a Degradada, Hans e Capitão Cavalo que manteve-se fiel à esposa mesmo depois de viúvo, ocupou apenas os espaços não explorados da Ilha, mesmo tendo direito a toda ela, não se sentiu no direito de exercer quaisquer tipos de autoridade sobre o povo da Ilha e por fim concedeu a seus escravos liberdade; “Mas as famílias que ficassem teriam seu torrão para plantas e criação das miunças que desejassem e todos os que trabalhassem para ele receberiam pagamento conforme o que rendessem as colheitas, o gado e o trabalho dos engenhos” (RIBEIRO, 1997, p. 150). Tratava a todos como semelhantes, índios, negros e branco. Esses três personagens só desejavam que a Ilha do Pavão permanecesse longe das atrocidades humanas que haviam no resto do mundo, era o desejo deles manter a “inocência” da Ilha.

Os negros, em tese, são escravos, mas os apadrinhados por Capitão Cavalo são livres e são conscientes que essa liberdade é “irregular”, eles se refugiam no Sossego Manso, Casa do Capitão, para terem abrigo e proteção do patriarca. Pois o Quilombo negro de Mani Bantu não é de negros fugidos, unidos, armados e preparados para lutar contra os brancos que viessem recapturá-los. “Tem negros que estão lá porque acham que é o certo, alguns brancos e

arraçados, muitos mulatos e bandas-forras de todos os matizes e todos os cabelos e também um bom número de negros cativos, que servem aos outros” (RIBEIRO, 1997, p.91).

O quilombo foi fundado e organizado pelos “negros do Reino do Congo”, diferente dos outros muitos tipos de negro, não eram passíveis de ser escravizados, comprados ou vendidos. Mas sim de escravizar e negociar outros negros com os brancos. Que por sinal, branco português era diferente do francês e do espanhol; “Nem a mesma língua falam, nem as mesmas comidas comem, nem as mesmas bebidas bebem e se julgam uns melhores que os outros e se matam uns aos outros com grande entusiasmo e na certeza de que estão com Deus. A mesma coisa com os negros, que nenhum congolense vai se igualar a esses bárbaros atrasados e comedores de gente, como os jagas” (RIBEIRO, 1997, p. 92).

Com esta idéia de ser dentre os negros os melhores, há um soberano lunático, tal como tantos outros ditadores ou imperadores ou faraós egípcios, que ascendeu ao trono do Quilombo Mani Bantu, degolando Vasco Fernão, seu irmão do meio, com dois golpes de facão depois de tê-lo assistido enfiar um esporão de arraia no peito de Afonso Henrique, o mais velho deles, que envenenou Afonso Ruy, também seu irmão, era o segundo na linha de sucessão ao título de rei. Assim, tal qual as grandes tragédias, Diogo Jorge sagrou-se Afonso Jorge II, o novo soberano Mani Banto que se auto-afirma ser entidade enviada por Deus e por isso pode exercer autoridade sobre os outros povos.

O diálogo com a tradição literária e histórica em João Ubaldo Ribeiro faz parte de uma das características do romance histórico contemporâneo que estabelece um ponto referencial no passado e ao mesmo tempo o critica sob uma nova análise, transformar esses eventos e criar uma releitura das imagens cristalizadas do passado.

Ao descrever as duas representações de raças, o branco e o negro, inseridas no território nacional, nota-se que a obra trata-se de um tema subversor ao discurso oficial; O autor destorce a imagem cristalizada de modo consciente para que haja outra interpretação

que vai de encontro à história. Ele faz da literatura seu testemunho, a sua versão dos fatos, um questionamento ao conhecimento histórico, que cabe ao leitor interpretar os acontecimentos e ponderar se isso lhe adiciona algo relevante no produto final da história.

Um bom exemplo para análise é o confronto entre brancos e índios narrados no romance no capítulo VI. A depender de quem conta há um nome diverso do outro, “Sedição Silvícola ou batalha do Borra-Botas”, os acontecimentos são exagerados ou atenuados, ambos querem a vitória para si e a derrota apontar ao seu oponente.

Não é fácil saber a quem assiste razão em tamanha controvérsia. Trata-se de sindicância da alta ciência histórica, que não pode ser alcançada pelo leigo [...] (RIBEIRO, 1997, p. 60).

Neste mesmo capítulo temos evidências de que lado está o autor, porém Ubaldo faz paródia e ironiza a imagem construída do nativo brasileiro pelos românticos do século XVIII. É mais real a vida de Balduino da Anunciação ou Galo Mau como é mais conhecido, não tem nada de nobre, é mentiroso, toma cachaça, é malicioso, mas não podemos negar sua que se trata de um índio muito esperto e sabido, capaz de ganhar uma batalha sem pegar em armas e resgatar um prisioneiro do cativeiro altamente vigiado apenas espantando as sentinelas com corujas, formigas, morcegos e tudo mais que pudesse por medo a eles.

... Balduino Galo Mau, índio tupinambá muito do péssimo no ver da maioria, homem de alto valor no ver de Iô Pepeu, rastejador mestre, doutor dos matos, amigo de todas as ervas, conhecedor de todos os bichos, íntimo de todas as árvores, velhaco como toda a mascataria levantina, matreiro como oitocentos curupiras, mentiroso como um frade viajante, o maior entendido em aguardente de cana de que se tem notícia, do fabrico ao desfrute – e a única coisa que lhe falta é saber falar direito língua batizada, mas há quem afirme que é fingimento (RIBEIRO, 1997, p. 31).

Balduino está longe de representar aquele herói guerreiro e valente e muito menos aquele outro que se encantava com espelhos ou outros acessórios usados pelos colonizadores, ele é a malícia em pessoa. Planeja todos os detalhes conhece as artimanhas, é um passo a frente de todos os outros do romance, ninguém o engana, pelo contrário é ele quem engana.

Essa personagem no faz confrontar nossos conhecimentos históricos e literários e formar uma idéia crítica sobre os conceitos passados.

Não há como negar que “O feitiço da ilha do Pavão” trata-se de uma crítica social, em que temos a ilha como uma representação alegórica do Brasil colonial e os seus habitantes distribuídos nas três raças que deram origem ao Brasil de hoje num contexto de disputa de espaço do convívio social em que o branco quer ter preferência segundo as normas de civilidade que ele finge obedecer, mas ver no seu oponente uma ameaça ao sigilo de seus segredos que não são tão bem guardados, pois é do conhecimento de todos da Ilha as situações mais atípicas que se podem imaginar, como é o caso dos representantes eclesiásticos:

... escândalo que, sem a menor dúvida, provocaria em seu espírito severamente reto o relato dos desmandos, pecados e agravos à fé correntes da ilha do Pavão, olvidada por governo e clerezia, eis que os seis padres de que dispunham já de muito se haviam afeito aos costumes da terra e todos eles, reconheça-se a verdade por todos sabida, mantinham raparigas e se entregavam a práticas muito pouco probas. O mesmo podia ser dito de frades e freiras em geral, não havia ponto em que não se envergonhasse a Assinalada Vila de São João (RIBEIRO, 1997, p. 170).

Embora o índio seja tratado como raça inferior, incapaz de conviver entre os brancos por não possuir modos, não conseguir aprender etiqueta, não se ater a religião cristã, ele é o mais inocente por não saber o código de conduta dos brancos, e ter ele mesmo suas regras que não são violadas. O branco tem o conhecimento dos códigos morais, sociais e religiosos, mas não os respeita ele vive em meio a contradições do que deve ser respeitado e o que é praticado por ele. Já o índio segue as leis da natureza, na sua essência não é ganancioso, nem invejoso, apesar de ser retratado como malicioso o é para sua defesa e de seus aliados como também sua tribo. O índio não é a má influência que tanto os brancos o acusam, mas sim o contrário, é o branco quem tira a pureza do índio.

CONCLUSÃO

Em meio a tanta tradição que sempre viveu o continente europeu, com seus heróis nacionais, reis, rainhas, nobres e cavaleiros, e todos outros que contribuíram para os avanços culturais e tecnológicos enaltecem o sentimento de pertencer ao berço da civilização. Não há quem questione sua bravura, seus atos de coragem ou tudo que foi feito pelos donos da história, que tornavam legítimas todas suas ações, era tudo em razão da expansão das fronteiras em busca de novas riquezas. Os colonizadores europeus eram quem ditavam as regras e a eles era permitido invadir, matar, escravizar e fazer o que bem entendessem a seus critérios em nome da coroa. Assim surgiram as primeiras grandes nações e seus heróis, através da exploração de outras terras e o sangue de seus nativos.

Entretanto a literatura sempre foi uma ferramenta alternativa da humanidade para ver melhor os fatos, entender o que se passa e formar opinião sobre os acontecimentos. O hábito de interpretar as obras e seus conflitos, entender as relações entre os personagens e imaginar as cenas se estendem à vida e o nosso cotidiano. O novo romance histórico brasileiro nada mais é a interpretação da nossa própria história, ou uma nova versão contada pelos índios, negros e mulatos que tem suas imagens construídas por aqueles que não pertenciam a nenhum desses grupos e, portanto não era o caso dar importância a quem nem deveria pertencer ao mundo, mesmo porque o processo civilizatório previa a extinção dos índios, para que os brancos não precisassem dividir a glória do triunfo com mais ninguém.

Este subgênero é um resgate da cultura esquecida por se considerada inferior e uma desconstrução da imagem ideal do herói colonizador e a sua saga. Por causa da propaganda feita durante muitos anos da Europa e suas riquezas, os outros países cultivaram o sentimento de ser incapaz. Por isso não se orgulhava de sua formação étnica mestiça, seus hábitos, suas danças e tudo no geral, por não ser europeu. O papel do novo romance histórico não deixa de

ser responsável pela criação da nossa identidade nacional por meio dos novos heróis que nasceram na literatura contemporânea dando voz e vez aos marginalizados da história.

João Ubaldo Ribeiro representa de modo magistral em *O feitiço da ilha do Pavão* o reconhecimento do valor nas nossas raízes, um difusor do espírito contemporâneo que assume sua origem e transforma o marginal em virtudes a seu favor. Colocar o índio no centro da cena significa caminhar em direção ao rompimento do elo colonial, deixando de esconder-se atrás do que foi herdado do colonizador e passa enxergar o brilho do que é da própria terra superando a auto-estima nacional que pensava uma idéia de transpor a condição indígena e agora imagina encontrar na representação pós-moderna as respostas das questões atuais.

Balduíno da Anunciação pode ser a chave para os questionamentos, é mais maduro e menos inocente ao enfrentar os problemas que lhe aparecem. Quem era para ser “domesticado” mostra-se superior à sociedade avançada constituída em níveis sociais e instituições, praticamente falidas, como a política e a religião que não mais exercem poder perante a comunidade que não se vê satisfeita ou realizada dentro propostas de utopias sociais ou de vida eterna no paraíso. Porque o “homem do hoje” sempre se espelhou nos ícones do passado; mas o que dizer sobre aqueles que julgavam-se a frente de seu tempo, analisando os antigos heróis por essa perspectiva encenada pelo novo romance histórico?

Temos na ilha do Pavão duas versões para o branco, duas para o negro à medida de suas funções sociais, mas o destaque fica para o índio no intuito continuar a discussão sobre as versões do passado desconstruindo suas e imagens e formando novas mais aproximadas da realidade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Trajetos de uma forma literária**. Novos Estudos, São Paulo, n. 77, p. 205-220, 2007.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudo de teoria e história literária. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **Da senzala ao cortiço** – história e literatura em Aluisio de Azevedo e João Ubaldo Ribeiro. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 483-494.2001.
- FIGUEIREDO, Vera Follain. **O romance histórico contemporâneo na América Latina**: Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: O romance histórico, hoje, na América Latina. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2002.
- GATO, Dante. **Do Romance histórico ao novo romance histórico**: Paulo Setúbal e José Roberto Torero. Mato Grosso do Sul, 2006.
- HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MENDES, Maria Lúcia Dias. **A presença de Walter Scott e Jules Michelet no romance histórico de Alexandre Dumas**. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo, USP, 2008
- RIBEIRO, João Ubaldo. **O feitiço da ilha do Pavão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.